

O livro e o leitor no período de Cervantes

Rosa Maria Oliveira Justo

(Universidade Presbiteriana Mackenzie/ USP)

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal abordar, ainda que brevemente, o tema da leitura e dos leitores do século XVI e XVII, época denominada como Século de Ouro na Espanha e que possui como representante principal a obra de Miguel de Cervantes *Don Quijote de la Mancha*. Além do perfil dos leitores, o trabalho pretende mostrar a interação desses com os livros, o tipo de leitura e quem tinha acesso à mesma na época de Cervantes.

1. O livro no Século de Ouro

A expressão Século de Ouro foi atribuída a um período determinado da história da Espanha que abrange uma parte dos séculos XVI e XVII. Alude, sobretudo, a uma época de esplendor cultural vivido pela Espanha e integra importantes mudanças nos aspectos político, econômico e social. A definição de Século de Ouro traz algumas polêmicas, já que, segundo Bennassar, alguns historiadores espanhóis evitam o uso da expressão porque esse período também foi marcado por crises e decadências, além de ser uma periodização criada por historiadores, isto é, uma abstração, uma vez que as pessoas dessa época não tinham a consciência de estar vivendo o que, posteriormente, seria designado como Século de Ouro. Não havendo um conceito único para Século de Ouro, a definição de Bennassar pareceu-me a mais

apropriada: “La memoria selectiva que conservamos de una época en la que España ha mantenido un papel dominante en el mundo, ya se trate de la política, de las armas, de la diplomacia, de la moneda, de la religión, de artes o de las letras” (BENNASSAR, 1983, p. 7 e 10).

Assim sendo, meu enfoque recairá sobre as letras — leitura e literatura —, pois foi também nesse período de importante desenvolvimento e avanço editorial que se publicou a obra de Cervantes.

A edição de livros foi marcada por um relevante progresso no Século de Ouro, e esse grande desempenho contribuiu, de acordo com Bartolomé Bennassar, para que os Reis Católicos, em 1480, se surpreendessem com a nova arte e promulgassem uma lei dando total liberdade à produção de livros, lei que se manteve até 1558. Contudo, simultaneamente havia um clima de medo na Espanha provocado pela difusão das doutrinas protestantes e, a partir disso, restringiu-se a liberdade e houve um maior controle das publicações, além de uma censura preventiva, com apoio da Inquisição. Esses fatores prejudicaram a produção e a importação de livros nesse período (BENNASSAR, 1983, p. 288 e 289).

Com o advento da imprensa e conseqüentemente com a publicação de livros, houve um maior desenvolvimento da cultura escrita. Como se sabe, o número de analfabetos era considerável e saber ler, nesse período, era privilégio de uma minoria da população. De um modo geral, a cultura era transmitida por meio da oralidade e sua divulgação baseava-se em refrãos, cantos tradicionais e contos de procedência distante. A religiosidade, sem dúvida, cumpria um papel importante, por intermédio das orações, dos sermões e catecismos (BENNASSAR, 1983, p. 273).

O fato é que uma grande fração da população urbana e trabalhadores do campo não estavam inseridos na cultura escrita e não sabiam ler. Entre os índices citados por Bartolomé Bennassar, provavelmente 3/4 ou 4/5 da população espanhola era analfabeta. No campo, o número é bem mais expressivo que na cidade, atingindo,

segundo Maxime Chevalier, 80% da população espanhola camponesa (CHEVALIER, 1976, p. 19). Na cidade, a alfabetização era mais presente, sobretudo nos lugares onde havia um comércio que necessitava da escrita para seu controle geral. No entanto, esse pequeno comerciante ainda se encontrava na fronteira do analfabetismo, uma vez que muitos sabiam ler e não sabiam escrever, ou então sabiam somente assinar o próprio nome. Em Madri, em 1605, uma pesquisa realizada por Claude Larquié que englobou 15% da população madrilense mostrou que mais da metade era capaz de assinar, sendo sua maioria composta por homens, enquanto algumas poucas mulheres, mesmo as que pertenciam à nobreza, eram capazes de ler, mas não sabiam escrever (BENNASSAR, 1983, p. 285 e 286).

A condição social poderia incluir ou excluir o indivíduo do acesso à leitura. Dentro da cidade, assim como no campo, os pequenos comerciantes, artesãos e operários engrossam o número dos analfabetos e semi-analfabetos. Em contrapartida, os que representavam a aristocracia, como o clero, os nobres, os altos funcionários catedráticos, constituíam os detentores da cultura nesse período. Entre 1580 e 1650, todos os membros pertencentes ao clero sabiam ler e escrever. Na alta nobreza, a proporção entre os homens é de 90% a 95% (BENNASSAR, 1983, p. 285 e 286). Além desses, havia outros ofícios que exigiam um preparo para o exercício da profissão. Segundo Maxime Chevalier, o que chamamos hoje de “técnicos” e intelectuais, isto é, altos funcionários, catedráticos e profissionais liberais (letrados, advogados, médicos, arquitetos, pintores), detinham o acesso à leitura. Dessa forma, os índices de analfabetismo também nesse período estão relacionados com as condições sociais do indivíduo, o que demonstra que ele terá pouca ou nenhuma oportunidade de ascensão ou melhoria de sua condição, uma vez que o poder cultural está na mão da aristocracia.

Além de o analfabetismo ser uma limitação para a leitura, para Maxime Chevalier, o preço dos livros também contribuíram para essa exclusão, já que a

maioria não possuía condições econômicas para adquiri-los. No Século de Ouro ainda não existiam bibliotecas abertas ao público, e possuir uma biblioteca nos séculos XVI e XVII era um privilégio de classe. Ainda segundo informações de Maxime Chevalier, o conteúdo das bibliotecas poderia ser dividido em três grupos diferentes: “bibliotecas ricas que cuentan con 500 libros o más, bibliotecas de razonable importancia en las cuales entran centenares de libros, y bibliotecas que contienen unas docenas de libros, o unos cuantos libros” (CHEVALIER, 1976, p. 39). Nas grandes cidades (no século XVI) existiam serviços que alugavam livros ou eles podiam ser adquiridos nos leilões públicos, em que eram colocados à venda pelos herdeiros de algum falecido.

De um modo geral, o leitor tinha duas opções para obter um livro: comprar ou fazer um empréstimo, pois nesse período era também muito comum o empréstimo de livros entre as pessoas de um mesmo círculo social. Os que podiam comprar livros eram uma minoria: “alto clero, nobres, cavaleiros, letrados e, em geral, os intelectuais e comerciantes”, pois o preço alto do papel encarecia muito o livro, contribuindo para um afastamento daqueles poucos que sabiam ler, mas não possuían condições econômicas (CHEVALIER, 1976, p. 21 e 23).

Para Chevalier, a falta de interesse pela cultura e também pelos livros de entretenimento revela uma limitação para a leitura, principalmente entre aqueles com possibilidades culturais e econômicas adequadas que, durante o tempo livre, não se dedicavam ao hábito da leitura (CHEVALIER, p. 24 e 25).

2. Os leitores e os livros de cavalaria no Século de Ouro

Os livros de cavalaria ocuparam um espaço relevante no período do Século de Ouro na Espanha. Tratou-se de um gênero literário que teve grande repercussão na sociedade. Alguns estudos demonstram as cifras editoriais que tal gênero

alcançou: segundo Maxime Chevalier, os dados a seguir nos dão uma idéia concreta da importância dos livros de cavalaria durante um século e meio:

- 267 edições entre 1501 e 1650;
- 157 edições entre 1501 e 1550;
- 86 edições entre 1551 e 1600;
- 24 edições entre 1601 e 1650;¹
- 46 edições impressas de originais entre 1501 e 1602; e
- 36 edições entre 1510 e 1551.²

Pelas cifras acima, notamos um auge de publicação nos meados do século XVI e uma decadência a partir de 1600.

Os livros de cavalaria eram considerados livros de entretenimento e, muitos deles, até medíocres e tediosos. No entanto, justamente numa época em que a cavalaria havia sido extinta, observa-se uma leitura em massa desse gênero e, inclusive, consegue-se abarcar também o público culto e refinado do século XVI. Apesar de esses livros apresentarem um caráter mais popular, circularam entre a nobreza, os cavaleiros³, soldados e homens cultos tanto no reinado de Felipe II quanto no de Carlos V.

Para Maxime Chevalier, há uma possibilidade de os cavaleiros se identificarem com os valores morais e educativos destacados nessas obras, além de apresentar-lhes uma sociedade que no fundo era a sua. O público aristocrático tinha sua imagem refletida nesse ambiente mais puro e irreal dos livros de cavalaria; no entanto, esse mundo não era admitido pelos burgueses, pois o dinheiro e a cidade, que eram o centro das atividades econômicas, estavam sempre excluídos dessas obras. Além disso, o campo também não tinha uma representação significativa (CHEVALIER, 1976, p. 98). Havia uma atmosfera “mágica” com castelos, damas,

cavaleiros, gigantes etc., da qual, entre outros valores e princípios, a honra, a coragem e a justiça eram partícipes. Para o autor, também se pode pensar que essa forma literária representaria, para a aristocracia, “una imagen halagüeña de su existencia y sus anhelos”, e, para os cavaleiros, refletia a imagem depurada da aristocracia — talvez um dos motivos de êxito dessas obras —, uma possibilidade de viver uma livre aventura, já que essa era uma realidade cada vez mais difícil, tendo em conta a nova ordem social que se estabelecia. Para Chevalier, esses cavaleiros “encontraban en unas aventuras sumadas una compensación a una existencia ahora regulada, y dentro de poco sumisa” (CHEVALIER, 1976, p. 100).

Chevalier afirma que uma leitura pública dos livros de cavalaria seria mais provável, porém não se pode deixar de considerar sua eventual existência. Mesmo com alguns indícios, entre eles um episódio do próprio *Quixote* (cap. 32 — primeira parte) em que os lavradores reunidos no estabelecimento de Juan Palomeque escutam as aventuras de Felixmarte e Don Cirongilio, temos que considerar que se trata de um texto literário e portanto, estamos diante da representação de uma prática recorrente nos tempos de Cervantes. A hipótese mais defendida por ele, Chevalier, é a de que os livros de cavalaria, em princípio destinados aos cavaleiros, de maneira gradativa começaram a alcançar as classes sociais mais baixas, entre elas o pequeno burguês e os artesãos (CHEVALIER, 1976, p. 93 e 95).

Todo esse êxito editorial dos livros de cavalaria continua até 1600, quando se nota um declínio acentuado dos leitores desse gênero. A nobreza dedica-se a outras atividades⁴ e a outras leituras, como o romance pastoril, o mourisco e o cortesão, que, por sua vez, começam a ocupar o espaço dos livros de cavalaria. Com o intuito de parodiar os livros de cavalaria, Cervantes publica nesse período de declive (1605) *Don Quijote de la Mancha*. O projeto surge em momento favorável porque grande parte dos leitores já conhece os *Amadises* e, dessa forma, apreciará a obra de Cervantes intensamente.⁵

Referências

BENASSAR, Bartolomé. *La España del Siglo de Oro*. Barcelona: Crítica, 1983.

CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*. 15. ed. Barcelona: Planeta, 1996.

CHEVALIER, Maxime. *Lectura y lectores en la España de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Ediciones Turner, 1976.

Notas

¹ Período de publicação de *Don Quijote* (1ª parte, 1605 e 2ª parte, 1615).

² CHEVALIER, p. 66.

³ Esses referem-se à corte do rei.

⁴ Segundo informações de Chevalier: “La nobleza sigue practicando los juegos de cañas y la lidia de toros, se entrega con creciente fervor a las máscaras y mojigangas” (p. 88).

⁵ Essa informação foi extraída da nota de rodapé de Maxime Chevalier ao citar Menéndez Pelayo, p. 89.